

POLÍTICA

O Judiciário não quer controle

E reage contra a fiscalização até de parlamentares, proposta pela Constituinte.



O protesto dos juizes. Contra o "tribunal de julgar juizes".

O vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro, advertiu ontem que o Conselho Nacional de Justiça que está sendo proposto pela Constituinte será "um verdadeiro tribunal excepcional para julgar juizes". Ele afirmou que os três poderes devem ter o mesmo tratamento perante a Constituição e considerou injusta a exceção imposta ao poder Judiciário.

O desembargador Odyr Porto, presidente da Associação Paulista de Magistrados, também protesta contra a criação do Conselho, composto por advogados, parlamentares, membros do Ministério Público e da magistratura. Para ele, a eventual eliminação da autonomia do poder Judiciário constitui um risco muito grave ao sistema democrático na medida em que implica na neutralização do principal abrigo das

garantias individuais. Segundo Porto, todos os tribunais de Justiça do País estão preocupados com o Conselho sugerido pelo projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, que cria um controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Judiciário. Que vai ficar, segundo o desembargador paulista, "à mercê de influências estranhas ao interesse da Justiça, impedindo que os juizes

continuem julgando com imparcialidade, dignidade e soberania. É claro que um magistrado, sujeito a pressões até de caráter político e partidário, nem sempre terá condições ou estímulo para ser imparcial". Hoje, juizes de todo o País se concentram em Brasília para acompanhar de perto a discussão e a votação do Capítulo referente ao poder Judiciário.

vos, porque para derrubá-lo serão necessários, agora, 280 votos no plenário da Constituinte. O mesmo pode ocorrer com a Corte Constitucional: ser aprovada na Comissão de Sistematização a despeito da posição contrária dos juristas.

Pelo projeto "Cabral 2", no entanto, o Supremo Tribunal Federal perderia algumas de suas atribuições, ficando apenas com a prerrogativa de julgar matérias constitucionais e as questões de soberania, como extradições, julgamento do presidente da República, do vice-presidente, de ministros de Estado e parlamentares.

Todas as demais atribuições (julgamento em instância final e de governadores estaduais envolvidos em crimes comuns) passariam para o Superior Tribunal da Justiça, que teria somadas também atribuições do Tribunal Federal de Recursos (a ser extinto, segundo o projeto). Para auxiliá-lo nos Estados e no Distrito Federal, serão criados Tribunais Regionais Federais, que tomarão conta de todas as matérias de recursos de segunda instância.

Outro ponto polêmico, que também não consta do "Cabral 2", mas já constou do projeto da subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público e, por isso, deverá ter emendas e destaques para votação, é a criação do Tribunal de Justiça Agrária e os respectivos Tribunais Regionais Agrários. Esses tribunais teriam a atribuição de julgar matérias envolvendo disputas em casos de desapropriações para fins de reforma agrária. Pelo projeto de Bernardo Cabral, essa atribuição fica para a esfera da Justiça Federal.

Estes órgãos são "a garantia da democracia". Veja, na página 6, quem defende sua criação.

Negociação. E a Constituinte entende disso?

Se o plenário da Assembléia Nacional Constituinte mantiver o texto até agora aprovado pela Comissão de Sistematização, teremos, para o próximo ano, a estabilidade no emprego, uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, horas extras pagas em dobro e liberdade de greve. Isso quer dizer que patrões e empregados já não terão mais o que negociar. Ou não?

Uma resposta a esta (fundamental) pergunta divide os empresários, mas o líder trabalhista Luiz Antonio Medeiros, um homem da moda, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, afirma que as negociações serão mais frequentes, caso aqueles dispositivos passem. Como resolver, por exemplo, os efeitos, na economia real, da estabilidade e das horas extras pagas em dobro?

Antes de Medeiros, no entanto, vamos ouvir um empresário de metalurgia, por coincidência: Joseph Michael Couri, um dos coordenadores do PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

"Qualquer sindicalista consciente, preocupado com o seu país, e com o trabalhador, ficaria contra esses quatro itens: estabilidade da jornada, 100% sobre a hora extra e liberdade de greve. Nenhum desses quatro itens é matéria constitucional e, se forem aprovados, o Brasil terá de conviver de 30 a 50 anos com eles — que é o tempo de duração de uma Constituição no Brasil."

Continua: "Assim, nos próximos anos, se tudo isso passar, não tenham dúvidas: novos investimentos não serão realizados. Porque o governo, que já controla os preços, irá controlar, também, a mão-de-obra. Além de não investir, as empresas vão substituir os homens pela automação. Isso não é uma ameaça de empresário, como alguns entendem. É a lógica do processo capitalista. É inevitável."

O custo do empregado

Joseph Michael Couri, que realmente é conhecido por sua franqueza, afirma que não tem medo de assumir essas posições diante dos trabalhadores, inclusive porque só acredita em capitalismo, livre iniciativa e liberdade econômica. Sendo assim, o seu raciocínio é regido por uma certa lógica. E essa lógica diz, segundo ele mesmo, que o País precisa de muitos empregos e não de perpetuar, nas empresas, os empregos existentes.

"São dois milhões por ano de jovens entrando no mercado de trabalho. Como compatibilizar essa realidade com o não-investimento somado à automação?"

Uma das grandes bandeiras dos que defendem a estabilidade, segundo Couri, é a rotatividade excessiva nas empresas. O empresário não aceita a justificativa:

"Você não tem, hoje em dia, empregados totalmente desqualificados. E preciso, de alguma forma, treinar o candidato a trabalhador, a operário. Ou seja, é preciso investir nele. Da contratação ao treinamento, levamos de três a quatro meses. Ai, quando o empregado atinge um bom nível, você o entrega à concorrência, de graça? Que empresário seria tão burro de fazer isso?"

"Se você manda embora", continua ele, "é quase sempre porque o governo congelou seu preço. E porque você vai mal. Porque você está falindo."

Mas segundo Couri, tudo isso é efeito. A causa está na economia real: O Brasil, infelizmente, ainda não criou o seu mercado interno.

Um mercado interno forte resolveria os problemas do País, e não seria necessário usar "truques sociais", como a estabilidade forçada, para garantir empregos.

"Teríamos", continua Joseph Michael Couri, "mais empregos,

uma demanda maior, além de uma produtividade efetiva, se o mercado interno fosse reaquecido. Esse reaquecimento deveria ser a grande preocupação não só dos empresários, mas sobretudo dos trabalhadores. E isso que dá aumento, que melhora a vida das pessoas, e não uma lei de estabilidade. A lei, na verdade, é uma forma de usar o trabalhador como massa de manobra. É iniciativa típica de político demagogo."

O exemplo japonês

O empresário Joseph Michael Couri diz que não é radical na questão de estabilidade. Ele aceita, por exemplo, a estabilidade japonesa. Lá, o trabalhador é estável, mas os seus vencimentos variam de acordo com o desempenho da empresa. Empresa em alta, salários subindo; empresa em baixa...

"Esta estabilidade", diz Couri, "eu topo. E acredito que os trabalhadores também. O problema é a nossa estabilidade, do jeito que passou pela Comissão de Sistematização. Eu vou lhe dar alguns exemplos muito práticos de como ela funcionará — se definitivamente aprovada — contra os trabalhadores."

Couri exemplifica com uma empresa média, de 500 empregados, digamos. A estabilidade passa na ANC. Essa empresa, com 500 estáveis, não vai parar de crescer por causa disso. Mas, irá contratar novos empregados?

Não. Como o projeto da estabilidade prevê que microempresas com até 10 empregados são exceções da lei, aquela empresa média criará (ou ajudará a criar) várias empresas de até 10 empregados, e com elas firmará contratos de serviço.

"Haverá uma guerra entre empresas", diz Couri. "O subcontrato será uma realidade. E o que isso significa? O imposto cairá, porque microempresa não recolhe nada. E aí o governo sofre um rombo no seu orçamento."

Com relação à diminuição do horário de trabalho, acredita o empresário que não ocorrerá e que os trabalhadores esperam: a geração de novos empregos. "Os empresários, além de não contratarem mais gente, vão fazer acerto por fora, na hora de pagar hora extra."

"No resto do mundo", continua Couri, "a diminuição da jornada de trabalho nada tem a ver com a criação de novos empregos, mas com a necessidade do lazer por parte do trabalhador. Ele já havia atingido um determinado nível econômico, e queria mais tempo para a família."

Reaquecer o mercado

Quanto à greve, concorda o empresário que todo trabalhador tem direito a ela, mas uma coisa é esse direito e outra é a liberdade total de greve. "Como é possível aceitar que o poder Judiciário não tenha condição de interferir numa greve?"

A única saída dos empresários, diante da legislação trabalhista proposta pela Comissão de Sistematização, é a negociação direta entre empresários, trabalhadores e constituintes, afirma Joseph Michael Couri.

"Precisamos demonstrar para eles que tudo isso é nada. Se isso for aprovado, teremos, por exemplo, a falta de produtos no mercado, porque as empresas vão escalar para baixo. Com menos insumo terá o mesmo faturamento. Haverá uma desobediência total ao CIP. Eu acho que o trabalhador precisa de menos demagogia e mais dinheiro no bolso."

E, como é necessário gerar dois milhões de empregos no Brasil a cada ano, Couri defende uma outra proposta junto aos trabalhadores: negociarem, juntos, e diante

do governo, o reaquecimento do mercado interno.

"Essa negociação implicaria um aumento real imediato, e em aumentos reais a cada ano, fora a correção. O Brasil se tornaria uma potência econômica, mas não atraída da estabilidade e sim do trabalho bem remunerado. Hoje, há de 30 a 40 milhões de pessoas em nosso país vivendo na subpobreza... Basta fazer com que esse pessoal tenha um mínimo, um mínimo que seja, de poder aquisitivo, que o mercado interno explodirá..."

Para que leis irreais?

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, afirma que os avanços sociais propostos pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte não são as suas maiores preocupações no momento.

"O sindicato, hoje, tem as suas propostas básicas e não abre mão delas: reposição salarial, garantia de emprego, redução da jornada e melhoria das condições de trabalho dentro das fábricas."

Medeiros é extremamente cuidadoso com as palavras, mas entende-se, do que ele diz, que garantia de emprego não é exatamente a estabilidade proposta pela Comissão de Sistematização.

"Eu acredito", diz o líder sindical, "que a Constituinte deve estabelecer o princípio — o resto é negociação. De que adianta fazer uma lei se a economia, do jeito que está, não oferece condição para cumpri-la? A lei da estabilidade, como passou, amplia a justa causa: agora, por causa de inovações tecnológicas, as empresas podem demitir à vontade..."

A garantia de emprego, que Luiz Antonio Medeiros defende, pode ser até chamada de estabilidade. Depende da empresa. Tudo é negociável entre patrões e empregados. Os próprios empregados, através dos seus sindicatos, ou comissões de fábrica, sabem quais são as empresas que podem avançar economicamente até um certo ponto; e as que não têm condições.

"Muitas propostas para favorecer os trabalhadores", diz o líder sindical, "vêm da união entre uma esquerda populista e uma direita cartorial. Leis que não podem ser cumpridas, não são importantes para nós, e sim aumentos reais de salário, por exemplo."

Luiz Antonio Medeiros defende, como o empresário Joseph Michael Couri, o reaquecimento do mercado interno.

"O projeto capitalista do Brasil", diz, "não é o mesmo da Coreia do Sul e de outros países que exportam 80% da sua produção. Nós, que exportamos 7%, temos a nossa miséria, mas, mal ou bem, temos um mercado interno. E o bem-estar dos trabalhadores deve vir a partir de um reaquecimento."

E uma postura pragmática, diferente das lideranças à esquerda. Esse pragmatismo, aliás, é justificado por Medeiros:

"Em 1982, o empresariado propôs na nossa área, um limite para a rotatividade: 3%. O Brasil entrava em recessão, e nós não aceitamos aqueles 3%. O que aconteceu: 10% foram demitidos. Entende que a negociação deveria ter sido feita? O problema é que, muitas vezes, a negociação é apenas ideológica. E perde-se muita coisa. Naquela época de recessão, fez-se um tipo de acordo que as lideranças sindicais não assumiam, com medo das patrulhas. Paramos a Villares, por exemplo. Ela queria demitir, não havia trabalho lá dentro, nós sabíamos disso. Mas paramos a fábrica e negociamos dois avisos prévios para quem fosse dispensado. Melhor assim, o trabalhador saía com um dinheiro a mais. Por que isso não foi divulgado? Para que as patru-

lhas não dissessem que estávamos negociando o emprego dos trabalhadores."

Há muitos equívocos na negociação atual, diz Medeiros. "As pautas, por exemplo, são absolutamente frias, impossíveis de serem atendidas. E a gente se desmoraliza perante o interlocutor e a base. Uma posição realista é imprescindível, a partir de agora. Então, vamos trabalhar com a realidade, com a economia real, e não com o ideal dos políticos."

Um fundo-desemprego?

O diálogo com os trabalhadores deve ser mantido a qualquer custo, independente do que acontecer na ANC. Quem defende a ideia é um outro coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, PNBE, o fabricante de brinquedos (Elka) Emerson Kapaz. Ele explica:

"Olha, os constituintes precisam saber da verdade. Por mais que eles defendam a tese, por exemplo, da hora extra em dobro, têm de se conscientizar de que algumas empresas podem dobrar as horas extras, mas outras estão impedidas. É fácil exemplificar: uma empresa onde a mão-de-obra tenha um peso muito grande, e que faça um valor não muito grande de extras, o acréscimo de custo é fantástico. Proibitivo."

Segundo Kapaz, a hora extra vem crescendo gradativamente, através dos dissídios, e cada setor possui os seus problemas específicos. Mas os aumentos graduais são absorvíveis.

"Agora, isso é matéria de uma Constituição? Melhor que fosse resultado de negociação", diz o empresário. "Nós queremos chegar a acordos cada vez melhores, mas não podemos começar desprezando a Constituição. E fique certo de que alguns setores não poderão respeitá-la. A não ser que possam repassar seus custos aos preços, em aumentos brutais."

determinados empresários jamais conseguirão inventar novos turnos para evitar a hora extra. O próprio ritmo da fábrica não o permite, acredita Kapaz. Por isso, ele defende uma ampla divulgação das razões dos empresários contra as propostas da Comissão de Sistematização.

"É importante", diz, "que os trabalhadores saibam o que pode acontecer contra eles. A estabele-

dade é um sério risco. Você vai acabar premiando os trabalhadores ineficientes."

Uma solução seria um fundo, criado por trabalhadores e empresários. Para garantir a sobrevivência dos desempregados. Como seria feito, Emerson Kapaz ainda não pensou. Mas digamos que você perca o emprego, e receba, por algum tempo, 60% do valor do seu último salário.

"Mas se tudo passar como a Sistematização aprovou", continua Emerson Kapaz, "teremos problemas no futuro, sobretudo com os empresários, que não terão condições, inclusive emocionais, de negociar."

Espaço reduzido

"Na hora da votação no plenário, essas leis todas vão cair", acredita um outro coordenador do PNBE, Paulo Butopi. "Tudo vai acabar na lei ordinária."

Ele se diz otimista: "Não é possível que parlamentares conscientes façam passar uma lei que valha tanto para uma empresa de artesanato em Belém e uma fábrica de calçados no Rio Grande do Sul". "E após essa Constituição", continua ele, "surgirá um outro tipo de liderança trabalhista (mais pragmática) no País. O trabalhismo radicalizou-se depois de muitos anos de jejum, e agora explodiu. E o momento de novas lideranças surgirem, em todos os setores da sociedade."

Butopi diz que andou lendo, até, o perfil de cada constituinte. "O pessoal não fez nada de muito inovador, ou muito moderno. Na Comissão de Sistematização, a coisa foi colocada em termos populistas."

Mas Lawrence Pih, um outro coordenador do PNBE, acredita que o espaço de negociação, caso estabilidade, horas extras em dobro etc., passem pelo plenário da ANC, estará muito reduzido. Negociar o quê?

"Esses dispositivos na Constituição serão inalteráveis... Então, o que fazer?"

Lawrence Pih afirma que o investimento será inibido; aumentará a mecanização e a automação. Todas as empresas, sobretudo as pequenas e médias, serão amplamente prejudicadas.

"O problema, eu acredito, não é a carga horária, mas o salário

baixo. Toda essa parafernália que a ANC provoca é no sentido de aumentar os salários dos trabalhadores. Se o salário é digno, ninguém propõe hora extra em dobro; e não reduz a jornada de trabalho."

O que pode acontecer, também, acredita Lawrence, é que o nosso trabalhador, pouco capaz diante de parâmetros mundiais, terá sua produtividade diminuída. "Ele tem uma saúde frágil e uma alimentação fraca. Na medida em que é instituído todo esse controle contra a empresa, o trabalhador torna-se menos competitivo, obrigatoriamente. E o custo da mão-de-obra torna-se mais elevado, por consequência."

"Se essas leis passam", continua Lawrence Pih, "você verá os miseráveis tornarem-se ainda mais miseráveis, um peso maior para a economia. E as empresas que usam muita mão-de-obra jogarão boa parte dela na rua."

Por outro lado, ele acredita, o que não é imposto é negociável. Nas sua empresa, o Moinho Pacífico, as pessoas cumprem uma jornada de trabalho de 44 horas há mais de 5 anos. Mas há certos setores que não se adaptariam a uma camisa-de-força.

"Essas leis", conclui, "resultam de mais uma interferência do Estado na economia. Pelo jeito, não aprendemos a lição."

Fernando Portela